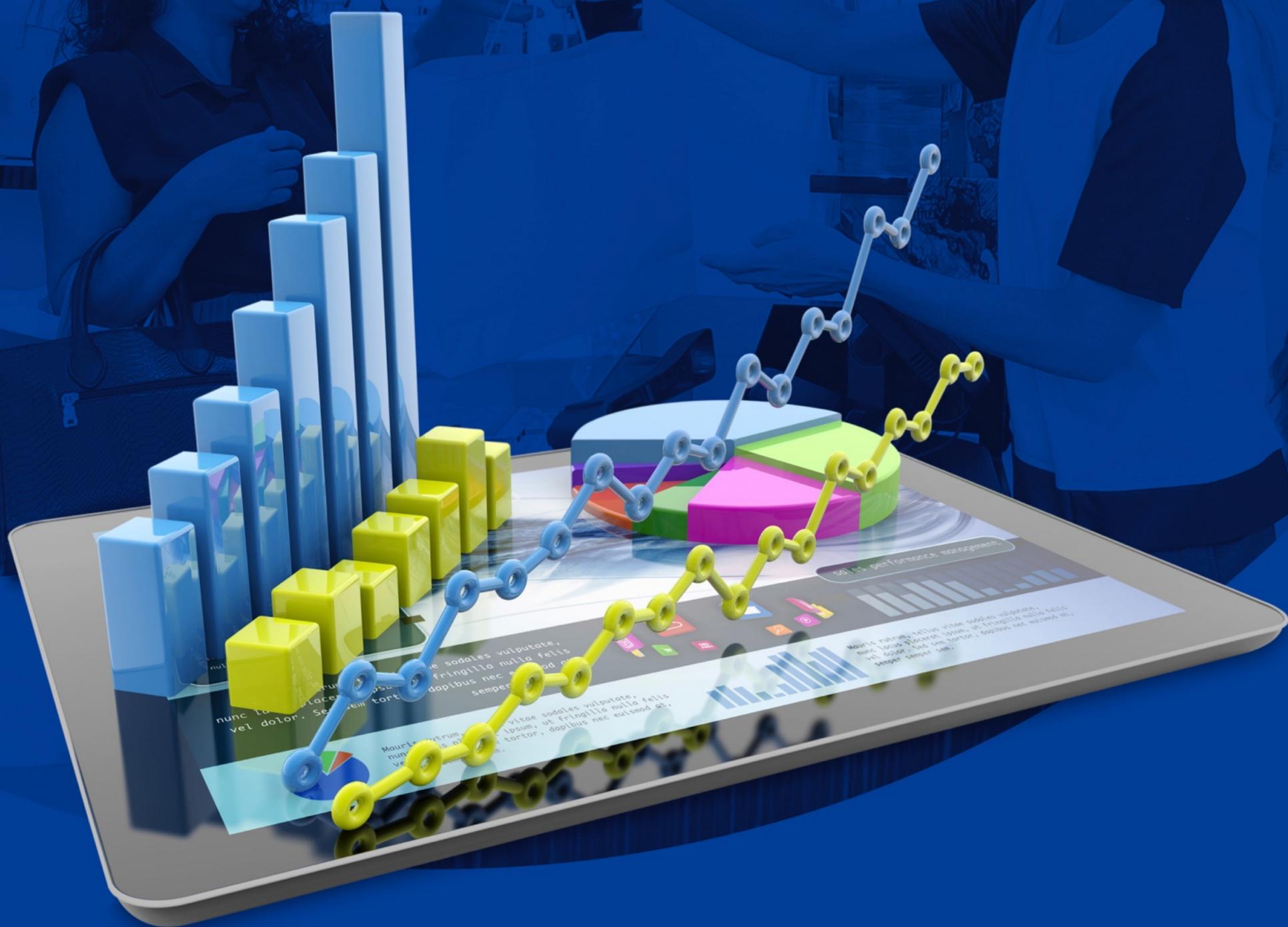




PANORAMA DO COMÉRCIO

AGOSTO/2021



RESUMO

VENDAS DO VAREJO RECUAM EM JUNHO, DEPOIS DE DOIS MESES CONSECUTIVOS DE ALTA; VACINAÇÃO AVANÇA

O volume de vendas do comércio varejista apresentou queda de 1,7% em junho de 2021, na comparação com o mês imediatamente anterior. O desempenho do varejo ampliado, que considera as vendas de automóveis, motocicletas e materiais para construção, também foi negativo, com recuo de 2,7%.

Cumprir destacar, no entanto, que essas quedas sucedem dois meses de forte alta. Além disso, quando a comparação leva em conta um período maior, como os últimos 12 meses, observa-se um avanço do volume de vendas de 5,9% para o comércio varejista e de 7,9% para o varejo ampliado. Este relatório mostra, ainda, que ao longo de todos os meses do primeiro semestre de 2021, com exceção de janeiro, o volume de vendas ficou acima do observado nos mesmos meses do ano anterior.

Assim, mesmo com o último dado mensal, a perspectiva de retomada para o setor se mantém, sob a hipótese de controle da pandemia. Outros indicadores reforçam essa visão: em julho, a confiança dos empresários do comércio cresceu, ultrapassando a marca dos 100 pontos, como mostram os dados da Fundação Getulio Vargas. Com dados de junho, o Caged mostra um recorde no saldo de criação de vagas pelo setor.

Panorama do Comércio



-1,7%

Crescimento das vendas do varejo



101 pontos

Índice de Confiança do Comércio



72,9 mil

vagas criadas pelo setor

Panorama Macro



14,8

Milhões de desempregados



8,99%

Inflação acumulada em 12 meses



5,25%

Meta para a taxa SELIC

No panorama macroeconômico, a inflação persiste bem acima do teto da meta e a SELIC chegou a 5,25% ao ano. A nota positiva é que as projeções de crescimento para este ano continuam crescendo, bem como o ritmo de criação de vagas no mercado de trabalho.

E como o consumidor percebe esse cenário, afinal? De acordo com a sondagem de confiança da Fundação Getulio Vargas (FGV), os consumidores estão mais otimistas, embora o nível de confiança ainda esteja abaixo dos patamares pré-pandemia.

Otimistas e vacinados. Até a primeira semana de agosto, mais da metade da população já tinha recebido ao menos uma dose da vacina, segundo informações do consórcio de imprensa para dados sobre a pandemia. O avanço da vacinação, abrindo a possibilidade de conter o surto pandêmico, é condição fundamental para a plena retomada da atividade econômica.

Por fim, os dados de endividamento bateram recordes, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), e restam como ponto de atenção para os próximos meses

Termômetro do consumidor



71,4%

Percentual de famílias endividadadas



50,4%

Vacinados com ao menos uma dose



82,2 pontos

Confiança do consumidor

VOLUME DE VENDAS

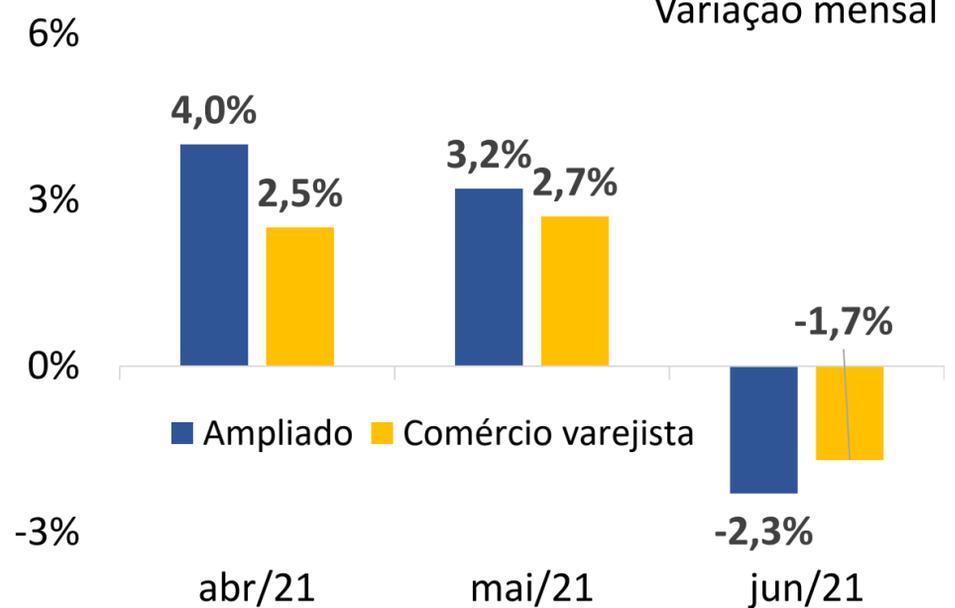
VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA RECUAM EM JUNHO DE 2021, MAS SETOR ACUMULA ALTA EM 12 MESES, MOSTRA IBGE

Com a exceção de janeiro, ao longo do primeiro semestre de 2021, todos os meses registraram volumes de vendas do comércio varejista ampliado acima do observado nos mesmos meses do ano anterior. Os dados são do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** e revelam que, apesar de a crise sanitária ter entrado em 2021, o impacto sobre a atividade do comércio foi bem menor.

Os dados do IBGE são divididos em comércio varejista e varejo ampliado, sendo que este último considera o varejo e as vendas de automóveis, motocicletas e materiais para construção. Na comparação entre junho de 2021 e o mês imediatamente anterior, o IBGE observou um recuo de 2,3% do varejo ampliado e de 1,7% do comércio varejista. Já no acumulado de 12 meses, o varejo ampliado ainda registra forte alta, de 7,9%, o que mantém as boas perspectivas para o ano, apesar dos dados de junho.

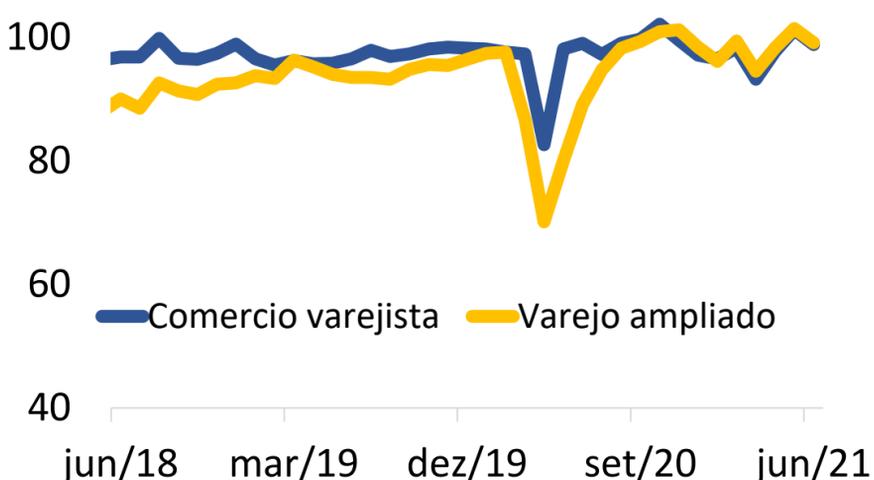
Vendas do varejo

Variação mensal



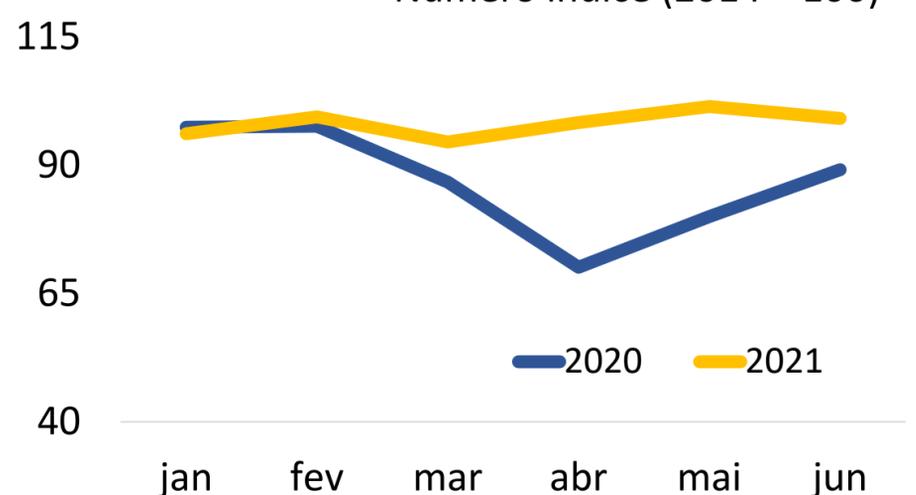
Série histórica

Número índice (vendas de 2014 = 100)



1º semestre

Número índice (2014 = 100)





VOLUME DE VENDAS

DOS OITO SEGMENTOS DO VAREJO ANALISADOS, TRÊS AINDA MOSTRAM QUEDA NO ACUMULADO DE 12 MESES; NA COMPARAÇÃO ENTRE JUNHO DE 2021 E O MÊS ANTERIOR, MAIOR PARTE DOS SEGMENTOS APRESENTOU RECUO

A análise dos dados do comércio varejista por segmento mostra que, em junho de 2021, das oito atividades analisadas, três ainda apresentaram queda no acumulado de 12 meses. É o caso do segmento **Livros, jornais, revistas e papelaria**, com queda de 28,3% nessa base de comparação; **materiais de escritório**, com recuo de 3,1%; e **combustíveis e lubrificantes** (-2,1%). Os demais segmentos do comércio já apresentam alta quando se compara os últimos 12 meses com os 12 meses anteriores, sendo que o destaque vai para **Outros artigos pessoais e domésticos**, com avanço de 20,7% nessa base de comparação, e **móveis e eletrodomésticos**, com crescimento de 16,3%.

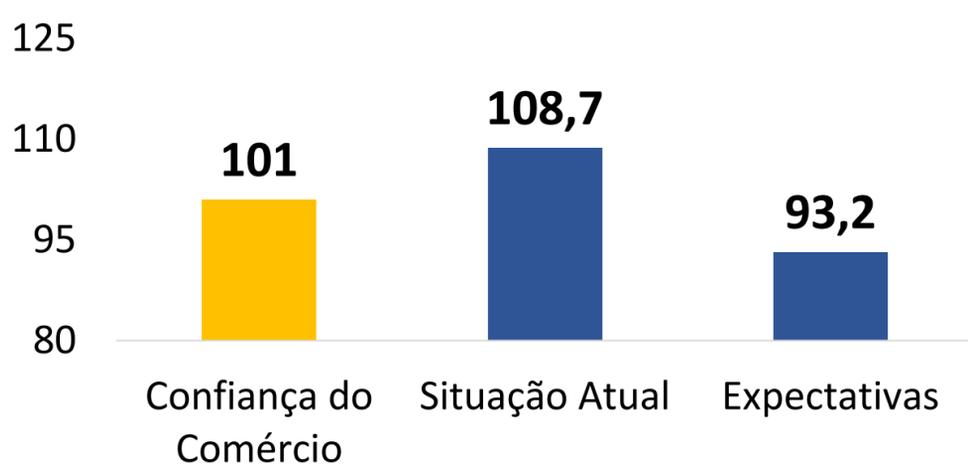
Já na comparação mensal, entre junho de 2021 e o mês imediatamente anterior, observou-se queda em cinco dos segmentos analisados, com destaque para a queda de **tecidos, vestuário e calçados** (-3,6%).

	Variação mensal	Acumulado de 12 meses
Comércio Varejista	-1,7%	5,9%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-2,6%	20,7%
Móveis e eletrodomésticos	1,6%	16,3%
Artigos farmacêuticos, médicos e cosméticos	0,4%	14,4%
Tecidos, vestuário e calçados	-3,6%	3,9%
Supermercados, alimentos e bebidas	-0,5%	0,8%
Combustíveis e lubrificantes	-1,2%	-2,1%
Materiais para escritório	-3,5%	-3,1%
Livros, jornais, revistas e papelaria	5,0%	-28,3%

CONFIANÇA DO COMÉRCIO

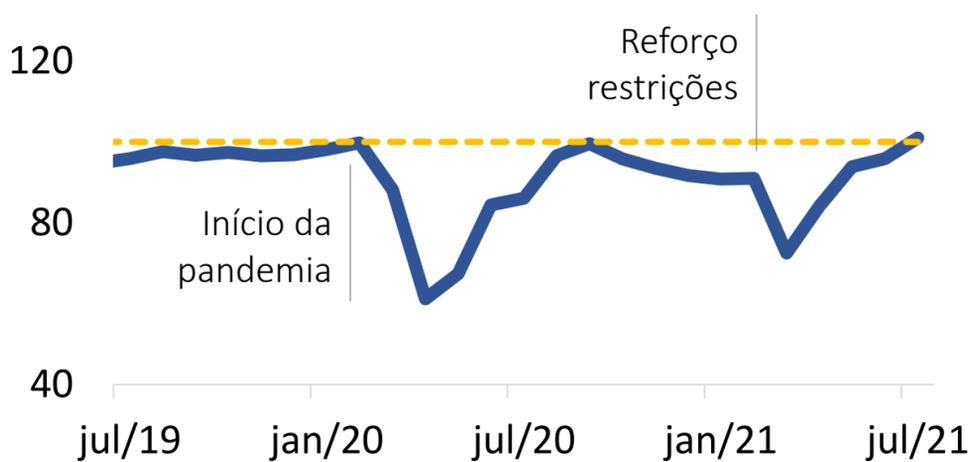
Indicador de Confiança do Comércio

Julho de 2021



Série histórica

Indicador de zero a 200



Variação do indicador

Julho de 2021

	Confiança	Situação Atual	Expectativas
Variação mensal	5%	4%	6%
Variação anual	17%	23%	10%

INDICADOR DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO SUPERA A MARCA DOS 100 PONTOS EM JULHO E RETORNA AO PATAMAR PRÉ-PANDEMIA, MOSTRA FGV

O Indicador de Confiança do Comércio, apurado pela **Fundação Getulio Vargas (FGV)**, superou a marca dos 100 pontos em julho de 2021, alcançando 101,0 pontos. Com isso, o Indicador se recupera das quedas provocadas pela primeira e segunda onda da pandemia. Pela metodologia, pontuações acima de 100 mostram que a maioria dos empresários do comércio está otimista.

Quando se avalia cada componente do indicador, observa-se que a avaliação da situação atual pontuou bem mais que as expectativas para o futuro. Em ambos os casos, porém, houve melhora na percepção dos empresários do comércio.

Em julho de 2021, na comparação com o mês imediatamente anterior, o Indicador de Confiança cresceu 5%; já na comparação com julho de 2020, o crescimento foi de 17%.

MERCADO DE TRABALHO

Criação de vagas no 1º semestre

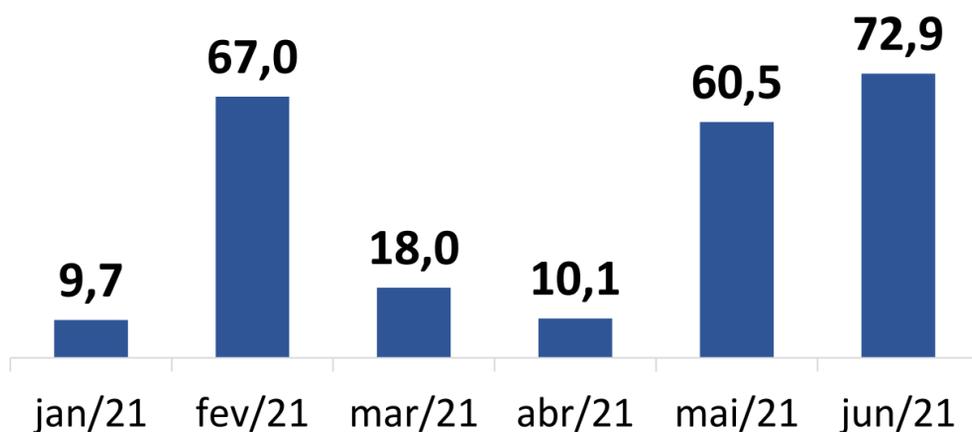
De janeiro a junho

■ Comércio ■ Demais setores



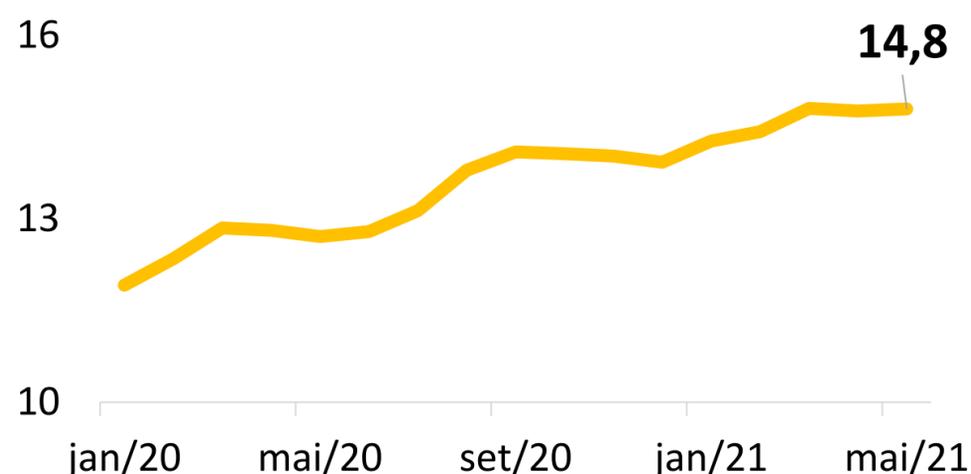
Criação de vagas no Comércio

Em milhares



Número de desempregados

Em milhares | média trimestral



PRIMEIRO SEMESTRE TERMINA COM A CRIAÇÃO DE 1,5 MILHÃO DE VAGAS DE EMPREGOS FORMAIS; NO SETOR DE COMÉRCIO, O SALDO DE CRIAÇÃO DE VAGAS FOI DE 234 MIL

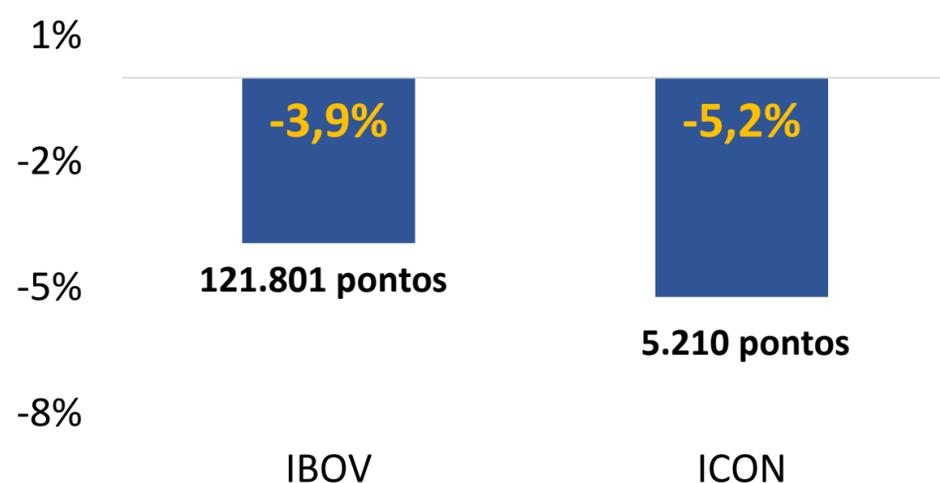
Considerando todos os setores da economia, o primeiro semestre de 2021 foi encerrado com a criação de 1,54 milhão de vagas de emprego, de acordo com o **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. No setor de Comércio, o número de empregos formais criados ao longo do primeiro semestre foi de 234 mil, sendo junho o mês com melhor saldo (72,9 mil).

Apesar do número expressivo de vagas criadas, o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** estimou um total de 14,8 milhões de desempregados no país. A persistência do desemprego pode ser explicada pelo fato de que o CAGED capta apenas a situação dos empregos formais. Além disso, os dados de desemprego refletem o aumento da força de trabalho, com mais brasileiros buscando trabalho.

O VAREJO NA B3

Ibovespa e Índice de Consumo

Julho de 2021



ICON (Índice de Consumo): Indicador do desempenho médio das ações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade dos setores de consumo cíclico, não-cíclico e saúde.

Cotação IBOVESPA e grandes varejistas

Variação mensal e variação de janeiro a junho de 2021

	Jul/21	Desde Jan/21
MGLU3	-2,6%	-17,4%
RADL3	2,1%	0,8%
CRFB3	-9,6%	-2,1%
LREN3	-6,6%	-5,1%
AMER3	-25,9%	-35,1%
VVAR	-20,3%	-22,1%

CRFB Atacadão – LAME3 Lojas Americanas -- LREN3 Lojas Renner – RADL3 Droga Raia – VVAR Via Varejo -- BTOW3 B2W Digital – MGLU3 Magazine Luiza

ÍNDICE IBOVESPA CAI 3,9% EM JULHO DE 2021; GRANDES VAREJISTAS TAMBÉM RECUAM NA COMPARAÇÃO MENSAL

O Índice Ibovespa recuou 3,9% em julho de 2021, na comparação com o fechamento do mês anterior, atingindo 121.801 pontos. Em junho, esse índice fechou em 126.802. Já o Índice ICON, que mede o desempenho de empresas do setor de consumo, saúde e educação, registrou uma queda de 5,2%, chegando a 5.497 pontos -- ante 5.497 pontos no mês anterior.

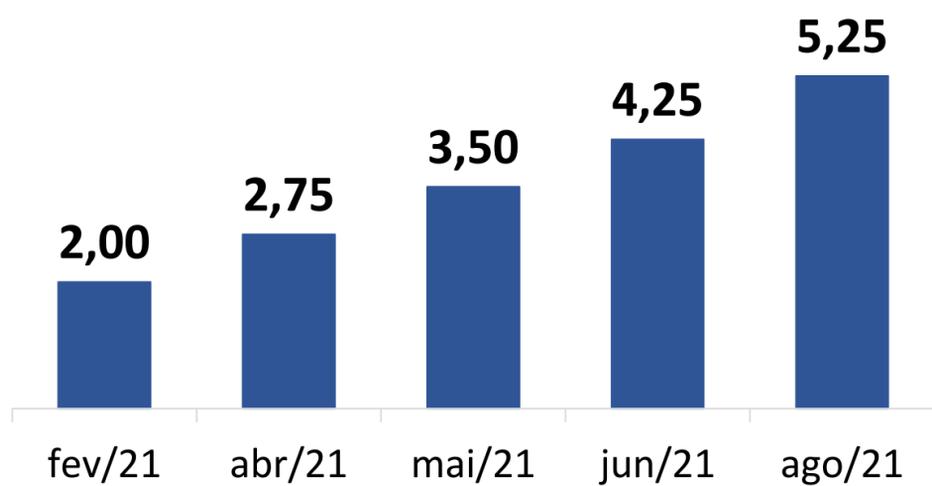
Diante desse cenário, as maiores varejistas da bolsa também registraram queda, tanto na comparação mensal quanto na comparação com o início de 2021. A exceção foi o desempenho das ações de Droga Raia (RADL3), com alta de 2,1%.

Apesar do avanço da vacinação, a disseminação da variante Delta pelo mundo foi um dos fatores que concorreram para a piora do humor dos mercados.

INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

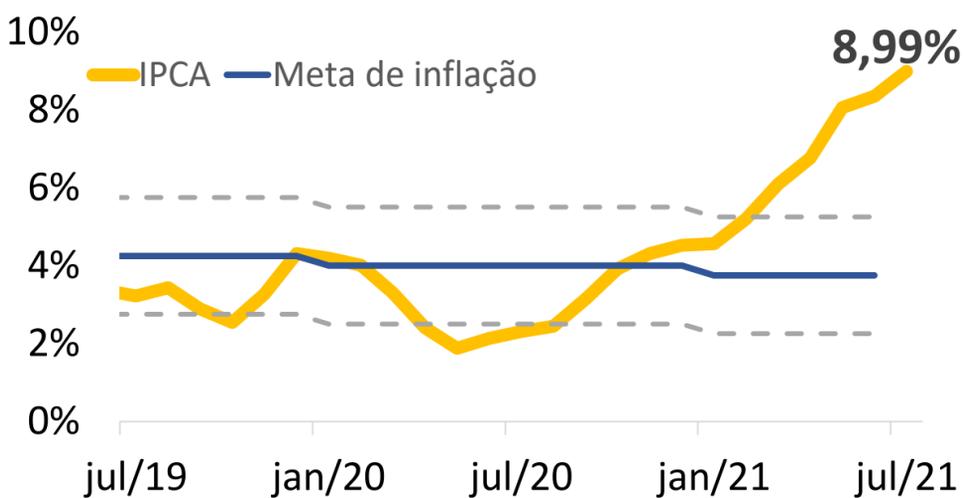
Taxa SELIC

Em % ao ano



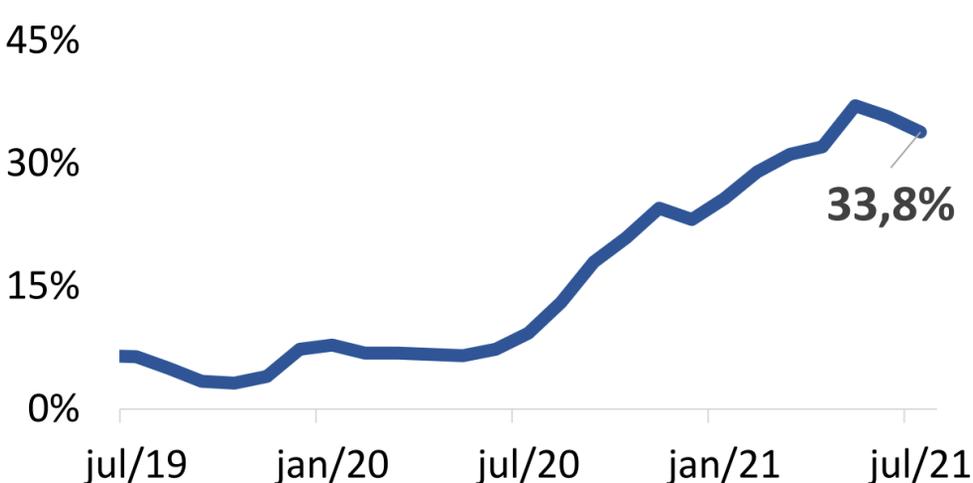
IPCA

Variação acumulada em 12 meses



IGP-M

Acumulado de 12 meses



BANCO CENTRAL ELEVA TAXA SELIC PARA 5,25% AO ANO; IPCA ACELERA EM JULHO DE 2021 E ACUMULA ALTA DE 8,99% EM 12 MESES

A taxa SELIC subiu pela quarta vez seguida, atingindo 5,25% ao ano. Desta vez, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central acelerou o ritmo de aumento da taxa, acrescentando 1 ponto percentual. De acordo com as projeções coletadas pelo Boletim Focus, a SELIC deverá encerrar 2021 acima de 7,0% ao ano.

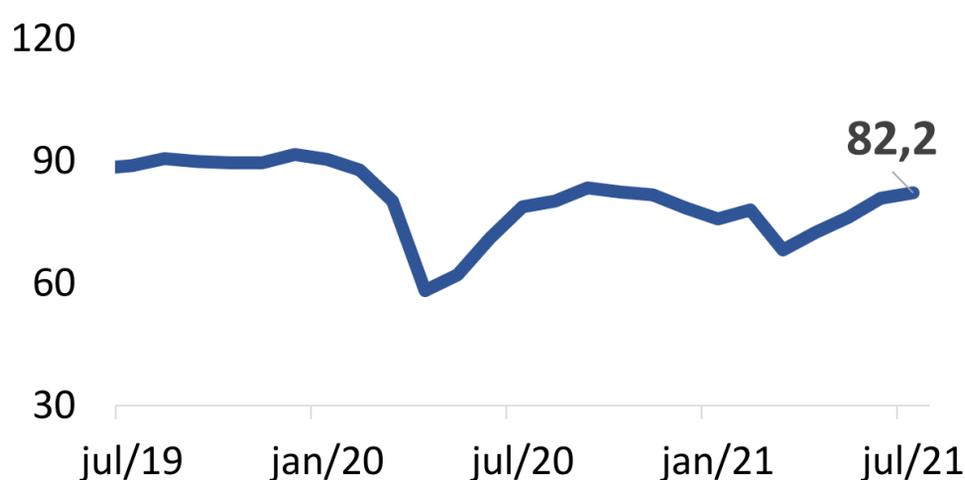
Fora do teto da meta, a inflação e as expectativas de inflação tem pesado na decisão do Comitê. Em dado divulgado após a reunião do COPOM, o IPCA, medido pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, registrou alta de 0,96% na comparação com o mês imediatamente anterior e de 8,99% em 12 meses, reforçando o cenário de pressão inflacionária.

Já o IGP-M, medido pela **FGV**, apesar da desaceleração exibida nos últimos meses, ainda acumula alta de 33,8%.

TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

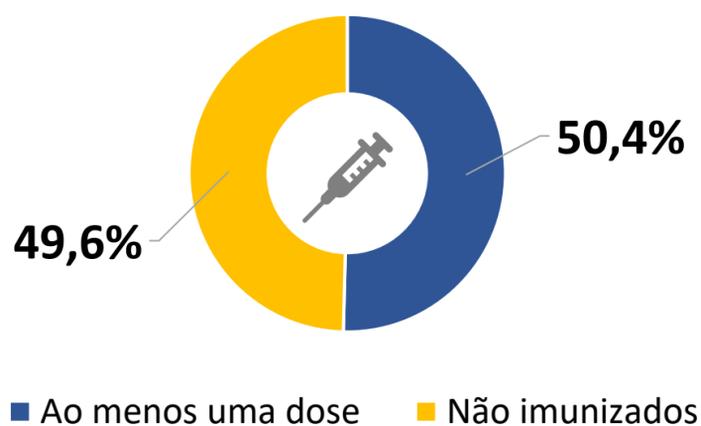
Confiança do consumidor

Índice de zero a 200



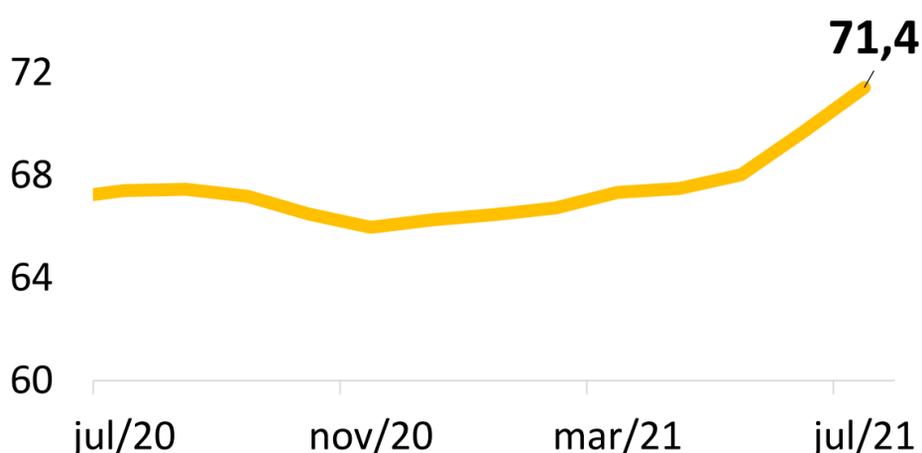
Placar da vacinação

% da população



Endividamento das famílias

% do total de famílias



CONFIANÇA DO CONSUMIDOR SOBE PELA QUARTA VEZ SEGUIDA E VACINAÇÃO AVANÇA PELO PAÍS

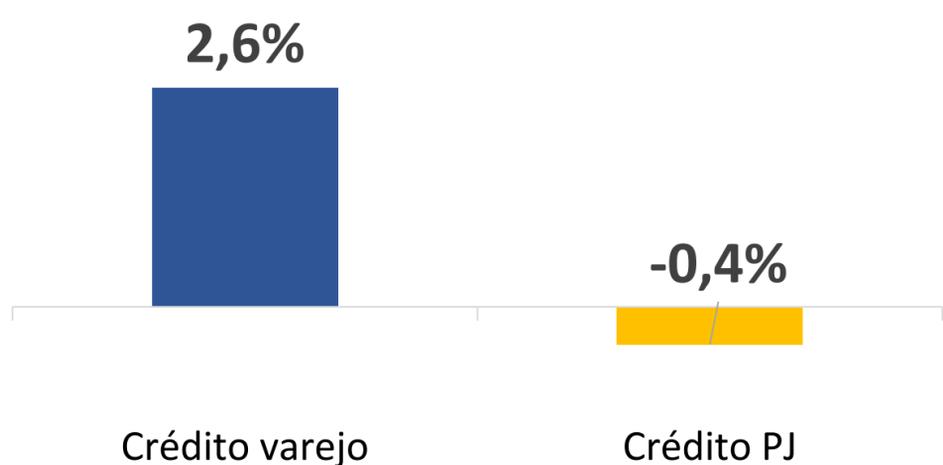
O Indicador de Confiança dos Consumidores, apurado pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, alcançou 82,2 pontos em julho de 2021. Depois observar uma forte queda em março, esse número vem se recuperando e apresentou a quarta alta consecutiva. É de se notar, porém, que o indicador permanece abaixo dos patamares observados antes da pandemia. Outro dado importante sobre o consumidor é o avanço da vacinação. Até a primeira semana de agosto, mais da metade da população já tinha recebido ao menos uma dose da vacina contra a Covid-19. A melhora da confiança e o avanço da vacinação serão fundamentais para o desempenho do comércio e da economia no segundo semestre.

No entanto, ainda permanece como ponto de atenção o crescimento do percentual de famílias endividadas, que chegou a 71,4%, de acordo com a **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**.

MERCADO DE CRÉDITO

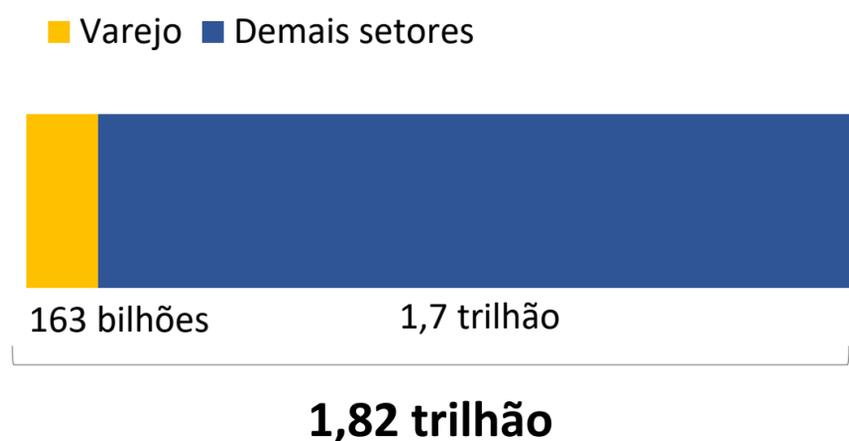
Saldo de crédito no 1º semestre

Variação entre janeiro e junho de 2020



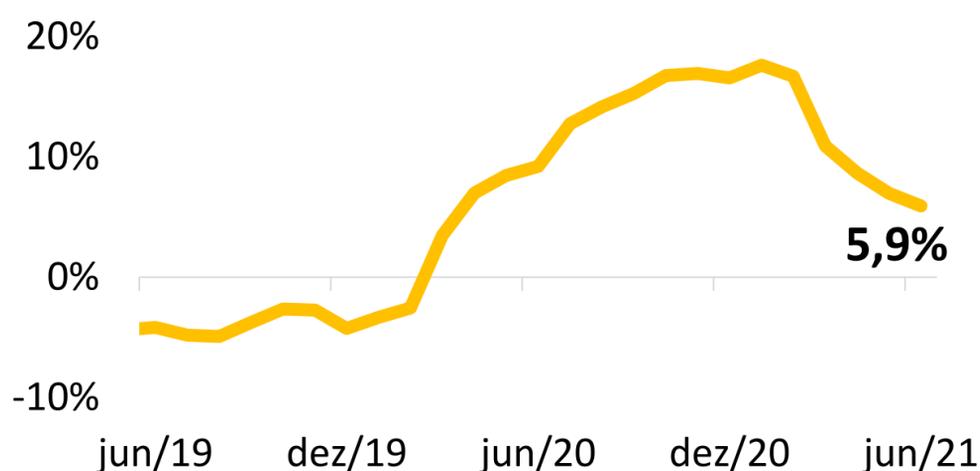
Saldo de crédito para empresas

Junho de 2021



Crescimento do saldo de crédito

Variação anual | Série deflacionada



VOLUME DE CRÉDITO A EMPRESAS TEM LEVE RECUO NO SEMESTRE, MOSTRA BC

De acordo com dados do **Banco Central do Brasil**, o volume de recursos emprestados para pessoas jurídicas recuou 0,4% ao longo do primeiro semestre. Considerando apenas o crédito destinado ao setor do varejo, os números mostram um crescimento de 2,6% no mesmo período.

Esse recuo do crédito corporativo total observado ao longo do semestre ocorre depois de um período de forte crescimento, impulsionado pelas medidas do Banco Central para manter as empresas capitalizadas durante a crise. O total de recursos destinados a pessoas jurídicas alcançou R\$ 1,8 trilhão em junho de 2021, sendo R\$ 163 bilhões para o varejo.

Na comparação entre junho de 2021 e o mesmo mês do ano anterior, o saldo de crédito para pessoas jurídicas ainda apresenta crescimento (5,9%), mas num ritmo menor do que o observado no início de 2021.



PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



CONSUMO ONLINE – APLICATIVOS E REDES SOCIAIS

O uso de aplicativos e de redes sociais pelos consumidores para a realização de suas compras têm crescido significativamente nos últimos anos. É o que aponta pesquisa realizada pela CNDL e pelo SPC Brasil, em parceria com o Sebrae. Só nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, oito em cada dez (79%) internautas fizeram alguma compra usando aplicativos de lojas, um aumento de 18 pontos percentuais em comparação ao estudo realizado em 2019.

[Confira a pesquisa](#)

PRINCIPAIS RAZÕES PARA COMPRAR POR APLICATIVOS:



54%

Praticidade e agilidade



49%

Não precisar sair de casa



47%

Facilidade de acesso do celular de qualquer lugar

Produtos mais comprados por meio de aplicativos:

65% - Comidas e bebidas por delivery

48% - Serviços de transporte

35% - Moda e vestuário

46% fizeram compras pelo WhatsApp nos últimos 12 meses.

94% reconhecem vantagens na compra em um marketplace, especialmente:

55%

MELHOR PREÇO

49%

MAIOR VARIEDADE DE PRODUTOS

39%

MAIOR DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS

FATOS QUE MAIS ANTECEDERAM AS FRAUDES CORRIDAS



28%

Aviso de mensagens para atualização ou confirmação de conta de e-mails ou redes sociais



16%

Instalação de softwares desconhecidos no computador/celular



13%

Perda de documentos pessoais

Principais pautas prioritárias de interesse do setor de comércio, serviços e empreendedorismo deliberadas no período de fevereiro a agosto:

Reforma tributária

Em continuidade da informação na edição anterior, que será fatiada a Reforma Tributária, a Câmara analisa as propostas fatiadas sobre o consumo e renda; o Senado ficará com a análise da Constitucionalidade via PEC 110/19 e o PL 4728/2020 do Refis.



O PL 2337/2021 do Poder Executivo (IR, IPI e Lucros e Dividendos) teve seu relatório apresentado pelo dep. Celso Sabino (PSDB/PA) e o requerimento de urgência para a votação ocorrer direto no Plenário da Câmara sem ser analisado pelas comissões; e o PL 3887/2020 (unifica o PIS/Cofins) ainda aguarda parecer.

No Senado foi aprovado o PL 4728/2020, relativo ao novo REFIS, para refinanciamento das dívidas de empresas e pessoas físicas, agora aguarda deliberação da Câmara, o PL faz parte do pacote da Reforma Tributária.

Também foi aprovado no plenário do Senado, a realização de Sessões de Debates Temáticos, a partir de 13/08/2021, por 15 dias, a fim de discutir a PEC 110/2019 (Reforma Tributária).

Reforma administrativa



Em continuidade da informação na edição anterior, após a aprovação do parecer na CCJ, foi instalada em 09 de junho a comissão especial para analisar a PEC 32/2020, presidida pelo deputado Fernando Monteiro (PP-PE) e relatada pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA).

Ainda em fase de análise pela comissão especial, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP AL), pretende que a Reforma Administrativa seja votada pelo plenário da Casa até o final de agosto.

A proposta prevê uma série de mudanças para o serviço público, como perda da estabilidade para diversas carreiras. A aprovação no depende dos votos favoráveis de três quintos dos deputados, ou seja, 308, em dois turnos de votação.

CONGRESSO NACIONAL

Na audiência pública do dia 4 de agosto, deputados da oposição pediram ao relator que sejam retirados do texto os dispositivos que permitem a ampliação de contratos temporários e cargos em comissão.

Outro ponto com destaque nas discussões atuais está o dispositivo que prevê a inclusão de etapa nos concursos públicos, chamada de vínculo de experiência. A proposta é que os candidatos passem por uma fase prática nos órgãos, em que exercerão as funções determinadas. No entanto, a posse no cargo será somente para os melhores avaliados ao final do vínculo de experiência. Isto é, nem todos que irão para esse período prático serão admitidos. O edital do concurso já trará o quantitativo que será nomeado após o vínculo de experiência.

Medidas Trabalhistas



Agosto começou com a deliberação em plenário da MP 1045 que trata da possibilidade de suspensão de contrato, redução de salário e jornada de trabalho através do Bem – Benefício Emergencial.

Afastamento da gestante trabalhadora



PL 2058/2021 de autoria do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO) para alterar a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.

Situação: para o avanço dessa matéria será necessária a prorrogação do Bem (Benefício Emergencial) com a garantia de previsão orçamentária, assim o texto do PL 2058 foi incorporado na MP 1045/2021, relatado pelo Dep. Christino Áureo (PP/RJ), que trata da possibilidade de suspensão de contrato, redução de salário e jornada de trabalho através do Bem – Benefício Emergencial.

Parcelamento dos débitos junto ao Simples Nacional, inclusive do período da pandemia.

PLP 46/2021, de autoria do Senador Jorginho Mello (PL/SC) e presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que institui o Programa

CONGRESSO NACIONAL



de Renegociação em Longo Prazo de Débitos para com a Fazenda Nacional ou Devidos no Âmbito do Simples Nacional (RELPE), a fim de permitir o reescalonamento de débitos de natureza tributária ou não tributária, exceto contribuições previdenciárias, vencidos até 31 de maio de 2021, inclusive oriundos de parcelamentos anteriores; e cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE), tendo como fato gerador a quitação das prestações do Relp e incidindo sobre o valor das parcelas pagas.

Situação: aprovado pelo Senado em 05 de agosto, aguarda deliberação pela plenário da Câmara dos Deputados.

Prorrogação dos benefícios e incentivos fiscais do ICMS ao Comércio até 2032

Através do PLP 5/2021, que prorroga por 15 anos isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS. O projeto é de autoria do deputado Efraim Filho (DEM/PB) e relatado na CFT pelo deputado Da Vitória (Cidadania/ES).



Situação: Designada relatora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a Deputada Paula Belmontes (Cidadania/DF), o PL foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) em 07 de julho o PLP 5/21, dá segurança aos estados para que possam manter a geração de emprego, renda e receita. Além disso, a proposta iguala a prorrogação de incentivos do comércio com a indústria, vigorando até a aprovação da reforma tributária.

MP que melhora o ambiente de negócios



Medida Provisória 1040/21, Câmara e Senado finalizam a análise da matéria, que faz várias mudanças na legislação a fim de eliminar exigências e simplificar a abertura e o funcionamento de empresas, buscando melhorar o chamado “ambiente de negócios”.

Uma das inovações é a emissão automática, sem avaliação humana, de licenças e alvarás de funcionamento para atividades consideradas de risco médio. Enquanto estados, Distrito Federal e municípios não enviarem suas classificações para uma rede integrada valerá a classificação federal.

CONGRESSO NACIONAL

Recomendação de veto parcial: ao capítulo IX que proíbe a constituição de sociedades simples que atualmente são registradas nos cartórios de pessoas jurídicas; todavia, a proposta aprovada determina que todas as atividades serão consideradas empresariais, devendo ter o registros nas juntas comerciais, essa medida impacta o registro de médicos, advogados e contadores, por exemplo, causando inclusive o aumento de carga tributária quando ao Imposto Sobre Serviços (ISS).

Situação: A matéria aguarda sanção ou veto presidencial até 26/08.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Um pilar fundamental para a concretização do arcabouço normativo da proteção de dados pessoais e para a segurança jurídica é o estabelecimento da competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, conforme Proposta de Emenda Constitucional n. 17 de 2019, a qual também visa incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal.



Situação: A PEC 17/2019 teve origem no Senado Federal, já foi analisada por Comissão Especial na Câmara dos Deputados e aguarda sua votação no Plenário da Câmara. Além de diversas ações promovidas por membros do Ministério Público Estadual e Órgãos de Defesa do Consumidor, já há mais de uma dúzia de projetos legislativos municipais ou estaduais para a criação de Autoridades específicas de proteção de dados em Estados e Municípios para regular e aplicar sanções sobre a coleta e o tratamento de dados pessoais e, em alguns casos, estabelecendo bases legais e balizadores distintos da lei federal.

Vigência das sanções da LGPD



Em 01 de agosto, entrou em vigor as sanções da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), publicada em 2018, entrou parcialmente em vigor em 2020 e teve a parte das sanções (artigo 52) prevista para entrar em vigência em agosto deste ano, justamente para que toda a sociedade pudesse se adequar às suas disposições, dando tempo para as organizações se adequarem em relação à conformidade legal, evitando. As sanções vão desde simples advertências até a proibição do tratamento de dados pessoais.



www.cndl.org.br

Sistema CNDL

